

A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul

L. A. M. G. Gesteira¹

¹ *Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) / Universidade Federal de Sergipe,
CEP 49100-000, São Cristóvão - SERGIPE, Brasil
andre_maia_geoufs@yahoo.com.br
(Recebido em: 17 de Julho de 2014; Aceito em: 03 de Novembro de 2014)*

A Guerra Fria, muito mais do que uma tensão política, militar, econômica e ideológica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi a fomentadora de diversos conflitos, golpes e até mesmo de outras guerras, de caráter civil e/ou militar ao redor do planeta. Por seu caráter, verdadeiramente mundial, e por sua duração, mais de quatro décadas, vitimou direta e indiretamente milhões de pessoas por todo o globo. Só na América do Sul, se contabiliza um total de aproximadamente quinhentas mil vítimas entre mortos e desaparecidos, as quais em sua grande maioria foram sequestradas, torturadas ou mortas, pelos regimes ditatoriais militares, que com o apoio dos Estados Unidos, governaram parte dos países sul americanos nessa época, e que em nome do temor da expansão comunista, - como ocorrera em Cuba em 1959 - mascarada pela defesa de uma pseudo segurança nacional, fomentaram todo um aparato, fundamentado em especial na Operação Condor, para reprimir violentamente os opositores desses regimes. Pretendemos discutir aqui a história e algumas características – destacando semelhanças e especificidades – dos governos autoritários que governaram os países da América do Sul no cenário da Guerra Fria, focando especialmente o Brasil e nas nações do Cone Sul. Analisando a ascensão destes regimes, a relação regional entre os diferentes governos militares, e a afinidade destes com o governo estadunidense em diferentes épocas.

Palavras-chave: Geopolítica Mundial. Golpes de Estado. Alianças Político-militares.

The Cold War and the military dictatorships in Latin America

The Cold War, more than a political tension, military, economic and ideological between the United States of America (USA) and the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) was a sponsor of several conflicts, coups and even other wars, civil and / or military character around the planet. For his character, truly worldwide, and its duration, more than four decades, indirectly killed millions of people across the planet. Only in South America, it accounts for a total of approximately five hundred thousand victims dead or missing, which mostly were captured, kidnapped, tortured or killed by the dictatorial military regimes, which with the support of the United States ruled part of South American countries at the time, and on behalf of the fear of communist expansion - as happened in Cuba in 1959 - masked by a pseudo national security, fostered a whole apparatus, based in particular in Operation Condor, to violently repress any opposition of these schemes. We intend to discuss here, the story and some features - highlighting similarities and specificities - the authoritarian governments that ruled the country from South America in the scenario of the Cold War, focusing on Brazil and the Southern Cone nations Analyzing the rise these schemes, the relationship between the different affinity of these dictatorial with the U.S. government at different times governments.

Keywords: World Geopolitics. Coup of State. Political-military Alliances.

1. INTRODUÇÃO

Os eventos históricos, sejam eles os mais notórios e abrangentes, como as duas Grandes Guerras Mundiais ou inversamente, as mais restritas e secretas operações político-militares, são em geral corolários de todo um contexto, que os envolve e condiciona o seu desenvolvimento, assim como estes, por sua vez, condicionam a

existência de eventos subsequentes, em um emaranhado de causas e consequências que de fato é o que chamamos de História.

Analisamos nas próximas páginas, alguns aspectos inerentes ao processo de ascensão e manutenção dos governos ditatoriais militares na América do Sul entre as décadas de 1950 e 1970, tentando para isso entender a relação destes governos com a geopolítica internacional, caracterizada nesse período pelo ápice da Guerra Fria.

Pretendemos também traçar um paralelo entre as principais características das ditaduras militares nos países latino americanos e como se alinhou o desenvolvimento destas com as políticas internacionais dos diferentes governantes estadunidenses ao longo do período supracitado. Tratando também da relação intercontinental entre esses governos, tanto no que tange a definição de suas políticas econômicas e sociais, como no que se refere à cooperação militar na repressão aos opositores destes regimes.

Inicialmente, pretendemos partir de uma retomada histórica para tentar entender o contexto do advento destas ditaduras, usando de uma análise geopolítica para discutir a influência do cenário mundial bipolarizado, na política, economia e sociedade dos países sul americanos, durante o recorte temporal estudado. E por mais que este tenha sido um período ainda obscuro da história dessas nações, pensamos hoje e a partir do cenário histórico que vivemos, com o acesso a uma série informações antes sigilosas, podermos abordar esta temática, trazendo para discussão alguns elementos fundamentais no que tange às ditaduras militares em nosso continente.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Entendendo que os fatos não podem ser analisados fora de um contexto político e social, que influencia diretamente a origem e os desdobramentos dos fenômenos estudados, e que o estímulo ao diálogo entre teorias e a análise da construção histórica de cada cenário fomenta argumentações mais consistentes, que o método dialético foi escolhido para balizar essa pesquisa.

Esta opção permite apreender as contradições existentes no desenvolvimento e nas transformações históricas, geopolíticas e socioespaciais do cenário estudado, analisando as antinomias dos fenômenos perceptíveis, através do entendimento da existência de um vínculo de causas e consequências que se perpetuam e territorializam historicamente, de acordo com uma diversidade de fatores, que podem ser corolários de um cenário local ou até mesmo de uma lógica global.

A construção deste artigo privilegiou leituras sustentadas em pesquisas bibliográficas e documentais. As bibliografias foram direcionadas às categorias de análise geográfica de região e território, e a pesquisa histórica documental, condição *sine qua non* ao seu desenvolvimento, subsidiou através de seus dados a análise crítica reflexiva que possibilitou a concretização deste estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, ou melhor, antes mesmo de seu fim, inicia-se uma implícita disputa entre Estados Unidos da América (EUA), a partir de então líder econômico e militar do bloco capitalista, e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), origem e base do socialismo, pela supremacia socioeconômica, política, ideológica, militar e tecnológica, de uma geopolítica global, então bipolarizada pelas zonas de influências de ambas as nações.

Este momento histórico que perdura desde o final da década de 1940, até, em teoria o início da década 1990, é marcado por uma corrida espacial e armamentista entre as duas superpotências, mas, apesar de toda a tensão existente durante boa parte desse

período, os países líderes dos dois blocos jamais chegaram a se enfrentar em um conflito bélico-militar, apesar de em determinados momentos históricos este possível embate ter sido algo quase inevitável.

Entretanto, por mais que esses países nunca tenham entrado em confronto bélico direto, Estados Unidos e União Soviética passaram desde o início da década de 1950, a disputar poder e influência política, econômica e ideológica, interferindo ou até mesmo promovendo conflitos regionais por todo o globo, fomentando guerras em outras nações e usando-as para estabelecer ou reforçar alianças regionais, e com isso ampliar sua zona de influência.

E é nesse contexto que se inserem os países sul-americanos, geograficamente mais próximos e historicamente alinhados à política e ideologia estadunidense e da Europa Ocidental. Algumas dessas nações – dentre as quais destacamos a princípio Paraguai, Brasil e Argentina – passavam no final da década de 1950 e meados de 1960, por um processo singular em suas histórias, com seus governos nas mãos de políticos propensos às causas nacionalistas e trabalhistas, o que evidentemente preocupava a política externa dos Estados Unidos, que já no final da década de 1950 sofrera um duro golpe, com a Revolução Cubana. A qual implantou um governo socialista alinhado a União Soviética em uma pequena Ilha da América Central, distante poucos quilômetros da costa da Flórida. Cuba se tornava a primeira nação socialista do continente americano e ainda que os estadunidenses tentassem por mais de uma vez e usando diferentes táticas derrubar o novo governo cubano, como caso da Invasão da Baía dos Porcos e posteriormente com a execução da “*Operação Mongoose - ou mangusto, em português - desenhada para desestabilizar o governo cubano e eventualmente invadir a ilha*”, jamais obtiveram êxito, (AVILA, 2012, p.367 e 368) [1].

Golpe Militar no Paraguai

Direcionando a análise novamente para a América do Sul, cinco anos antes da Revolução Cubana, mas já no contexto da Guerra Fria, o Paraguai presenciou em 1954 um Golpe Militar que levou ao poder o general Alfredo Stroessner. A Ditadura Paraguaia, além de ser a primeira ditadura “permanente” desse período no continente sul-americano, traz com ela dois fatores que são consideravelmente peculiares nesse contexto: o primeiro, é que o golpe arquitetado em maio do supracitado ano, e que destituiu do poder a Frederico Chávez, ao contrário do que se possa imaginar não desarraigou da presidência um político reformista, Chávez era também membro do tradicional e direitista Partido Colorado, o golpe então, se deu dentro do próprio bloco conservador e não contra um presidente de aspirações socialistas. Entretanto, um fator em especial esclarece melhor a sublevação militar, a saber, o fato de que o então presidente paraguaio adotava uma política nacionalista, independente dos órgãos financeiros internacionais, o que de fato desagradava o bloco capitalista e em especial o governo estadunidense, que àquela época tinha Dwight Eisenhower em seu comando. Apesar de o Paraguai ao contrário de alguns dos demais países dos quais trataremos, não representar o medo e a tensão de um regime socialista em pleno continente americano àquela época, fica claro o apoio do governo Eisenhower à Stroessner, de acordo com López, (2011, p.443) [2].

Em Lima, Peru, pouco antes de assumir, e em Marechal Estigarribia, no Chaco paraguaio, pouco depois de assumir a Presidência, Stroessner se reuniu em segredo com membros do Comando Sul dos Estados Unidos. Ali assinou um pacto com altos oficiais americanos e brasileiros, dentro do plano hemisférico de aliados anticomunistas no marco da guerra fria e da Doutrina da Segurança Nacional, que seria implantada na década de 1960, por meio da ditadura do Brasil.

Os Estados Unidos conseguiram a partir daquele momento, iniciar um plano de manutenção dos países da América do Sul sob sua área de influência, todavia demoraríamos ainda alguns anos antes que o golpe militar que se deu no Paraguai, com um governo ditatorial permanente, se repetisse em outros países do continente. Estes só voltariam a acontecer efetivamente durante o mandato de Lyndon Johnson à frente da Casa Branca, de 1963 a 1969.

O segundo fato a destacar a respeito do governo Stroessner, é que este foi não só o primeiro como o mais duradouro entre todos os governos ditatoriais militares na América do Sul, em todo o período no qual os paraguaios estiveram sob o comando de um governo militar, era o general Alfredo Stroessner esse governante, e isso perdurou até o ano de 1989, ou seja o País permaneceu trinta e cinco anos sob o comando de um mesmo homem.

A Aliança Para o Progresso

Já no início da década de 1960 e após a Revolução que alinhou Cuba ao socialismo soviético, o governo John Kennedy cria a Aliança Para o Progresso, projeto que visava integrar os países latino americanos definitivamente ao bloco capitalista, através de investimentos sociais e econômico nessas nações. Os Estados Unidos objetivavam, em tese, combater a miséria presente nessas sociedades, a qual poderia levar esses países a verdadeiros levantes populares, o que criaria condições para tornar estas sociedades propensas ao socialismo, possibilitando uma repetição da história de Cuba. Mas, não ficando restrita a apenas uma Ilha de pouco mais de 100 mil quilômetros quadrados, – menor que o Estado do Ceará – e que ainda assim trazia imensas preocupações ao governo estadunidense. Essa revolução poderia se espalhar por todo o continente, incluindo países imensamente maiores e mais populosos que Cuba. Sobre isto, Kagan, (2003 apud RIBEIRO, 2006, p.151), [3] avalia que “*Os EUA teriam, assim, adotado a [...] convicção de que seu próprio bem estar dependia do bem estar de outros países, que a prosperidade americana não podia existir na ausência de uma prosperidade global*”.

É nesse contexto que Kennedy lança a Aliança Para o Progresso, que além de tentar conter possíveis revoluções populares, servia também, no contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana, para divulgar os ideais econômicos e culturais do capitalismo ocidental e abrir o mercado dessas nações ainda mais ao capital estadunidense.

A abordagem do governo Kennedy à ameaça comunista adota inequivocamente uma postura mais branda que a de seu antecessor, - e a de seus sucessores - o que, ao mesmo tempo poderia ser bastante oportuno e não mancharia a imagem do País na América Latina.

Entretanto, com o assassinato de Kennedy em 1963 e com o crescente levante de grupos revolucionários socialistas na América do Sul, a abordagem estadunidense a uma possível ascensão do socialismo no continente foi redirecionada, privilegiando a partir daí a uma política de sabotagem a governos de aspiração socialista e o patrocínio a golpes de estado, que levariam ao poder em boa parte das nações sul-americanas, militares de direita, alinhados às propostas estadunidenses e que se comprometessem sobretudo ao combate incondicional à ameaça que o socialismo lhes representava naquele período.

E foi isso que passou a ocorrer ainda em meados da década de 1960, – os golpes de 1955 e 1962 na Argentina não são inseridos nesse contexto por se caracterizarem como ditaduras de caráter provisório - quando Argentina, Brasil e Bolívia juntaram-se ao Paraguai, no rol de nações governadas por ditaduras militares, como observamos na

Tabela [1], a qual correlaciona cronologicamente os golpes militares ocorridos nos países da América do Sul com os mandatos dos diferentes presidentes dos Estados Unidos da América nas décadas de 1950 até o início de 1980. O que, levando em consideração a política de participação deste País no fomento ou apoio a muitos destes golpes, denota, que, por sua característica de continuidade em diferentes governos democratas e republicanos, apesar das peculiaridades de alguns destes mandatários, esta era uma Política de Estado e não apenas de um ou outro governo.

Tabela 1: Golpes de Estado na América do Sul em Comparação Histórica com Mandatos dos Presidentes Estadunidenses

País						
Argentina	1955	1962	1966		1976	
Bolívia			1964	1971		1980
Brasil		1964				
Chile				1973		
Equador				1972		
Paraguai	1954					
Peru			1968		1975	
Uruguai				1973		
Presidentes dos Estados Unidos Por Período de Mandato						
	Eisenhower /	Kennedy /	Lyndon Johnson /	Richard Nixon /	Gerald Ford /	Jimmy Carter
	1953 a 61	1961 a 63	1963 a 69	1969 a 74	1974 a 77	1977 a 81

Fonte: Araújo e Matias (2014, p. 10) [4] e Jornal do Senado (2008) [5]

Cenário Pré-Golpe Militar no Brasil

Após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial e com o efetivo início da Guerra Fria, a década de 1950 se apresentava no contexto da política externa brasileira como uma época repleta de indagações, já que, apesar de tradicionalmente e geograficamente estar alinhado ao bloco capitalista comandado pelos Estados Unidos, o povo brasileiro elege ainda em meados desta década Juscelino Kubitschek, para governá-lo, o então presidente eleito, fora acusado ainda durante sua campanha de ser aliado ao bloco comunista e seus adversários afirmavam inclusive que JK recebera apoio destes países para sua candidatura. Todavia não houve um veto legal por parte dos militares ao seu nome, mesmo assim alguns grupos dentro das forças armadas brasileiras, e ligados a União Democrática Nacional (UDN), tentaram impugnar a eleição. JK, entretanto, contava com o apoio de alguns setores do militarismo brasileiro, que comandados pelo general legalista, Henrique Teixeira Lott, conseguiram garantir a posse do presidente.

Apesar da vitória conseguida por JK, essa tentativa de impugnar sua eleição já se caracterizava como um embrião da intransigência das oligarquias nacionais, ligadas em especial às forças armadas, em impor ao país governantes que garantissem a manutenção do seu *status quo*, os quais, por conseguinte, deveriam estar alinhados ao bloco econômico capitalista e comprometidos invariavelmente ao combate a qualquer perspectiva de políticas de cunho socialista.

JK, então, antes mesmo de assumir seu mandato, realiza uma série de viagens a países europeus e aos Estados Unidos, com a intenção, não só de legitimar seu futuro governo, mas também de acalmar os demais chefes de Estado do bloco capitalista e os representantes do capital financeiro internacional, apresentando-lhes a política de desenvolvimento econômico que pretendia colocar em prática em seu governo.

As medidas adotadas por JK arrefeceram logo a princípio os ânimos golpistas, seguindo os ditames do capital internacional, mesmo que ele trabalhasse também dentro

de políticas de governo voltadas as massas. Um ponto de destaque dentro da política de relações internacionais desenvolvida em seu governo e que revela também, além da relação deste com o governo estadunidense, a influência dos militares nesse período, é o fato de

[...] no final de 1956, o recrudescimento no cenário mundial da chamada guerra fria, e o interesse norte-americano em ampliar suas instalações defensivas contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fizeram com que o embaixador dos Estados Unidos da América (EUA) no Brasil, Ellis Briggs, em nome de seu país, solicitasse permissão ao governo brasileiro, no sentido de ser instalada em Pernambuco uma estação de rastreamento de foguetes. Kubitschek submeteu o assunto aos ministros militares, os quais vetaram o local escolhido, sugerindo o território de Fernando de Noronha. Em 17 de dezembro foi assinado o acordo que tinha por base os termos e resoluções do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 1947, e do Acordo de Assistência Militar, de 1952... Em 1957... foi proposto o reatamento das relações comerciais com a URSS tendo em vista, sobretudo, o interesse na venda do café. Todavia, o ministro da Guerra, general Lott, opôs-se resolutamente à medida, alegando motivo de segurança nacional. (ABREU, 2001) [6].

Nas eleições que se seguiram ao Governo JK, o general Teixeira Lott, que fora ministro da Guerra e candidato do ex-presidente, foi vencido nas urnas por Jânio Quadros, político ligado a UDN. Todavia, João Goulart, vice de JK foi reeleito vice-presidente.

O governo de Jânio, ao contrário do que muitos imaginavam, tomou algumas atitudes inusitadas e que em muito desagradaram aos Estados Unidos, e que em especial foram vistas como afronta pelas alas mais conservadoras das forças armadas brasileiras. Entre estas, destaca-se a concessão da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul a Ernesto Che Guevara, líder da revolução Cubana. Outros posicionamentos de Jânio em relação à política externa foram usados por seus opositores e até mesmo por antigos aliados, para o acusarem de intentar levar o Brasil para o bloco comunista. Jânio, entretanto, também combatia os movimentos esquerdistas, muitos deles ligados ao seu vice João Goulart e adotava medidas de austeridade extremamente impopulares.

Frente a todo esse panorama e a oposição ferrenha de alguns meios de comunicação, a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, cria um cenário de total instabilidade política no Brasil, com a tentativa já neste momento, por parte dos ministros militares de seu governo de impedir a posse do vice João Goulart, acusando-o de manter relações com partidos de orientação comunista. Jango nesse momento fazia viagem à China e ao retornar foi obrigado a aguardar no Uruguai a resolução da crise político-militar instalada no País.

Goulart esperou por uma semana para tomar posse, o que só se concretizou, em especial, devido à “campanha da legalidade” liderada pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e a aceitação de um dispositivo legal por parte de Jango, o qual deslocaria parte de seu poder para um primeiro-ministro, que chefiaria o governo. Foi sob essas condições, que no dia 8 do mês de setembro de 1961, João Goulart assumiu a presidência, tendo Tancredo Neves, do PSD, que fora ministro do governo Vargas, como seu primeiro-ministro.

A partir deste momento, para João Goulart governar significou um complicado malabarismo político. Sua posse fora garantida pelas forças moderadas, que, através do regime parlamentarista, lhe abriam um crédito de confiança limitado, a ser renegociado diante de cada iniciativa do governo. (HELENO, 2007, p. 58) [7].

A fragilidade que permeava o Poder do então presidente possibilitava aos futuros golpistas, já naquele momento, uma oportunidade ímpar de concretizar o que até ali não lhes fora possível.

Durante mais de um ano Jango assume as funções de chefe de estado, mas não as de chefe de governo, nesse período há certa estagnação às motivações golpistas. Entretanto, em Janeiro de 1963 é convocado um plebiscito no qual a manutenção do parlamentarismo foi amplamente rejeitada pela população, *de um eleitorado de 18 milhões de pessoas, 11.531.030 votaram no plebiscito. O resultado determinou a volta ao sistema presidencialista, por 9.457.448 votos contra 2.073.582* (O Estado de São Paulo, 2013) [8], com isso, o Presidente voltava a ser também o Chefe de Governo, João Goulart poderia então tentar colocar em Prática parte das transformações políticas que tinha em mente.

Ainda em 1963, uma série de medidas tomadas por ele, dentro do chamado Plano Trienal e das reformas de base, visava instalar políticas públicas de caráter nacionalista, com maior intervenção do Estado na economia, inclusive com a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. O governo Goulart defendia também o direito de voto para os analfabetos e para os militares de baixa patente, o que era visto pelas elites e pelo alto oficialato das Forças Armadas como uma afronta ao *status quo* e a hierarquia militar.

O presidente então, procurou fortalecer-se participando de atos políticos favoráveis às suas propostas, como o conhecido Comício da Central, em março de 1964, no qual anunciou uma série de medidas que estavam no embrião das reformas de base. O cenário político se tornava cada vez mais tenso, e acirrou-se ainda mais após a revolta dos marinheiros, em 28 de março, episódio no qual praças da marinha rebelaram-se contra o seu oficialato. Após a revolta, o Presidente recusou-se a punir os militares rebeldes, o que tornou ainda mais tensa sua relação com os oficiais das Forças Armadas.

À medida que Jango tomava atitudes em prol das classes menos abastadas e influentes, angariava inimigos na elite brasileira, nas forças armadas e entre o capital financeiro internacional, que tinha o governo estadunidense como garantidor de sua reprodução nos países sob sua influência.

O Golpe Militar no Brasil

Ainda em 31 de Março daquele ano, dar-se-ia o primeiro movimento em direção ao golpe militar que destituiria Jango da presidência, com tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho marchando de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. A partir daí sucedem-se uma profusão de fatos que levam João Goulart a retirar-se do país e pedir abrigo ao governo uruguaio.

Boa parte dos acontecimentos que levaram Jango a não resistir ao golpe ainda não pertencem à história oficial, mas, fica claro que um embate entre grupos leais ao Presidente e golpistas, naquele momento, poderia levar o País a uma intensa guerra civil.

Outro aspecto que pode justificar ainda mais a decisão do Presidente, é que naquele momento, ele já dispunha de informações suficientes sobre a Operação Brother Sam, sabia de toda política de desestabilização ao seu governo patrocinada pela Casa Branca e da iminência de um conflito militar caso resistisse. Segundo (PADRÓS e LAMEIRA, 2009, p.34 e 35) [9],

Outra dimensão fundamental do Golpe de 1964 está vinculada à relação com as estruturas que lhe dão significado; nesse sentido, ele também faz parte do contexto de radicalização política da Guerra Fria, agravada, ainda, nas Américas, pela Revolução Cubana... Dentro dessa perspectiva, é possível compreender como o Golpe contou com total apoio e colaboração do governo

dos Estados Unidos, através do embaixador Lincoln Gordon. Tal apoio não era somente político, mas também militar, consubstanciado num plano de contingência que previa apoio logístico e de tropas aos setores golpistas, expresso na famosa *Operação Brother Sam*, caso houvesse resistência. Tal plano contou com planejamento conjunto entre militares brasileiros e o governo dos EUA, através de seu Departamento de Estado. Sabe-se também da ampla participação desta potência estrangeira na campanha de desestabilização e na conspiração contra Goulart, junto com as entidades das classes conservadoras do Brasil. Compreender este ponto é fundamental para entender a relação entre o Golpe de Estado no Brasil e o contexto mais amplo da *Guerra Fria*, no qual tal conflito se situa.

Iniciava-se assim, um período de mais de duas décadas no qual o Brasil seria governado por ditadores militares. Jango havia sido deposto sob o pretexto de colocar em risco a segurança nacional, por sua possível proximidade com o bloco comunista, a qual, temiam as elites, - nacionais e estrangeiras – poderia transformar o Brasil em uma nova Cuba. E o governo estadunidense, que já havia fracassado ao conter a revolução em uma pequena ilha da América Central, temia agora ver um País de proporções continentais e dezenas de milhões de habitantes, aliado ao bloco comunista. Acrescenta-se a tudo isso, o entendimento de (FICO, 2008, p. 75) [10], quando afirma que João Goulart “foi deposto porque deu a impressão de fomentar conquistas populares demasiado amplas que, aos olhos de certos setores da elite, poderiam levar à radicalização da democracia”.

O período ditatorial militar no Brasil inicia-se em abril de 1964 e segundo os próprios militares, intentava ser uma intervenção breve na democracia brasileira, visando apenas assegurar a “segurança nacional” e o “prestígio” internacional do Brasil. Durou, entretanto, mais de vinte anos, contando nesse período com cinco presidentes, além de uma junta governativa provisória.

O governo do marechal Castello Branco – reconhecido a princípio somente pelos EUA, seu patrocinador e pela Venezuela - dá início a esse período, caçando os direitos políticos do presidente deposto, através do Ato Institucional Número 1, (AI-1). Era o início dentre outras coisas, de um período marcado pelo abuso do poder institucional. Os governos militares impuseram ainda outros Atos Institucionais, cinco ao todo, quatro no Governo Castello Branco e um no do seu sucessor, marechal Costa e Silva. Ainda durante o mandato de Humberto Castello Branco foi elaborada uma nova constituição, através do (AI-4), com ela os militares objetivavam legalizar e institucionalizar o regime militar, além de aumentar seus poderes políticos e repressivos.

Apesar do já citado, o marechal Castello Branco era considerado um militar de posicionamento moderado, principalmente quando o comparamos ao marechal Costa e Silva, seu sucessor, em especial por isso, recebia fortes críticas de setores da Caserna, como explica (CHIRIO, 2011, p. 1 e 6) [11].

O governo Castelo Branco foi imediatamente criticado por oficiais que exigiam uma intensificação das medidas punitivas e a utilização cada vez mais avançada de instrumentos de exceção. Destas contestações, públicas e reiteradas, nasce a ideia de um grupo radical e turbulento, a “linha dura”. Apesar de essa expressão ter sido associada na memória coletiva aos pesados anos 70, particularmente aos membros de órgãos de repressão que usaram de violência - dentro e fora dos porões - para lutar contra a oposição de esquerda, ela já era reivindicada por militares às vésperas do golpe de Estado [...] O presidente Castelo Branco foi alvo de dois ataques principais: de um lado, suas tendências legalistas, ou seja, voltadas a respeitar, numa certa medida, as leis e a Constituição no que se refere à separação dos poderes ou aos prazos de detenção, em oposição a uma “limpeza política” revolucionária e desenfreada; de outro lado, sua abertura para o capital e empresas

internacionais que esbarram no nacionalismo econômico de alguns setores militares.

Seu governo destacou-se em especial pela grande aproximação com os EUA, tendo Castello Branco até demonstrado a disposição de ajudá-los em uma possível deposição do Presidente Cubano Fidel Castro, - com o qual tinha rompido diplomaticamente após assumir o governo brasileiro - assim como se dispôs a auxiliar os estadunidenses na Guerra do Vietnã, mas nestes dois casos o Brasil não chegou a participar dos conflitos. O apoio aos Estados Unidos, entretanto, ocorreria ainda em 1965, quando o Presidente enviou 1.130 soldados em apoio à investida do governo Lyndon Johnson contra a República Dominicana, na Operação Power Pack, outro episódio no qual o governo estadunidense apoiou um golpe de estado militar.

Em março de 1967 o marechal Costa e Silva assume a presidência, dando início, na década que seguiria, ao período mais violento e conturbado da ditadura militar brasileira. O ex-ministro da Guerra do Governo Castello Branco era um militar mais radical e grande defensor da manutenção da Ditadura. Em seu governo aumentaram as tensões com grupos esquerdistas de resistência, com um fato marcante em Junho de 1968, quando um militar foi morto em um atentado ao Quartel General do II exército, atribuído à Vanguarda Popular Revolucionária, grupo contrário ao regime.

Seja pela sua forma de governar, pelo aumento dos conflitos com opositores, ou ambos, o fato, é que Costa e Silva iniciou um processo de repressão violenta aos seus opositores, que tem como marco institucional a elaboração do (AI-5), em dezembro de 1968.

O recrudescimento do regime obteve também consequências nas relações Internacionais, com os EUA passando a se precaver no que se referia a seu envolvimento com o Governo Costa e Silva, que, ao contrário de seu antecessor, não conseguia manter tão bom relacionamento diplomático com o exterior.

Costa e Silva deixa o governo em agosto de 1969 após sofrer um derrame cerebral, seu vice, o advogado e professor Pedro Aleixo, é impedido de assumir pelos militares, que formam uma junta com representantes das três forças, a qual governa o País por dois meses. É justamente nesse período que ocorre o sequestro do embaixador americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, por um grupo de esquerda denominado Dissidência Comunista da Guanabara. O fato, possivelmente, aumenta ainda mais a dureza do regime em relação aos opositores, ficando o próximo governo militar, comandado pelo general Emílio Garrastazu Médici, conhecido como “*os anos de chumbo*”.

Médici toma posse em Outubro de 1969, com a promessa de restabelecer a democracia até o final de seu mandato. Mas o que se percebe é uma repressão ainda mais dura aos opositores do regime, com o aumento de desaparecimentos, prisões e torturas. Consolidou-se nesse período um sistema de monitoramento e informações, interligando todos os escritórios do SNI (Serviço Nacional de Informações).

É durante o Governo Médici, que ocorrem os golpes militares do Uruguai e do Chile, ambos em 1973, e é justamente nesse período, entre 1974 e 1975, no final de seu governo e início do Governo Geisel, que tem início a Operação Condor, aliança político-militar que articulava as ditaduras militares da América do Sul e o governo estadunidense, com o objetivo de coordenar a repressão aos opositores destas ditaduras. Nesse contexto, esse período foi considerado particularmente brutal pelas organizações de direitos humanos, época na qual os movimentos guerrilheiros opositores sofreram consideráveis baixas, em especial, com a desarticulação da Guerrilha do Araguaia durante operações militares em 1973 e 1974, nas quais, dos cerca de oitenta participantes desta, menos de vinte sobreviveram.

Em 15 de Março de 1974 o general Ernesto Geisel assumiria o poder, em um período conturbado, mas que já sinalizava uma possível abertura política, a qual o próprio Geisel classificava, como "lenta, gradual e segura". As características citadas pelo Presidente definiam bem o que o Governo Militar delineava para este cenário de nossa história.

O início do processo de transição para o regime democrático se dá com a ascensão do general Ernesto Geisel à presidência da República, em 1974, quando, diante dos sinais de esgotamento do "milagre econômico" e da ditadura militar, o governo decide pôr em marcha o projeto de abertura "lenta, gradual e segura". O objetivo do governo Geisel era realizar uma "transição controlada", com um processo paulatino de liberalização do regime que suprimisse os instrumentos de exceção, encaminhasse o país a uma progressiva institucionalização e garantisse a volta dos militares aos quartéis sem risco de revanchismos e outras punições. O que se observou, entretanto, como salienta Habert, foi um incessante vai e vem entre a utilização dos mecanismos de repressão e a introdução de outros menos ostensivos, como a substituição do ato institucional n. 5 (AI-5), em janeiro de 1979, "por um conjunto de medidas denominadas salvaguardas constitucionais" (2003, pp. 50-51), tornando-se Geisel – o "ditador da abertura", nos termos felizes do *Jornal do Brasil* – o presidente militar que mais cassou políticos de oposição. (REIS, 2010, p.221) [12].

Nesse período, em especial, é possível notar algumas contradições na relação entre o governo militar brasileiro e a Casa Branca. Ao mesmo tempo em que a Operação Condor ainda estava em seu auge, e a cooperação dos EUA com as ditaduras de Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai através de seus respectivos serviços de informação e inteligência se dava em um cenário repleto de violência, a chegada de Jimmy Carter a Casa Branca afasta no planisfério político oficial o apoio estadunidense às ditaduras latino americanas.

Simultaneamente a este afastamento, o período também marcou o início de uma crise econômica no Brasil, reflexo tanto de questões externas, como também do próprio endividamento adquirido nos governos militares anteriores e da alta taxa de inflação. Foi nesse contexto que o Governo Militar iniciou o movimento nomeado pelo próprio Geisel, de "distensão" em direção à abertura política.

Em março de 1979 o general João Baptista de Oliveira Figueiredo assume o governo, em um panorama político internacional, no qual o arrefecimento da Guerra Fria se confunde com a gradual retomada da democracia em alguns países da América Latina. Figueiredo dá continuidade à abertura política iniciada por Geisel, concedendo anistia a políticos e demais personalidades exiladas durante a ditadura, e por fim, promovendo a volta de um civil a Presidência, não ainda pelas vias inequivocamente democráticas, mas, já indicando-as.

A ditadura militar chega ao fim em 1985, - pouco antes de momentos históricos marcantes para o fim da Guerra Fria - entre outras coisas com um saldo "oficial" de mais de 300 mortos e desaparecidos e a clara noção de quão frágil era a democracia brasileira. O golpe de 1964, por mais que não tenha sido o primeiro da América do Sul, - no Paraguai já havia uma ditadura militar 10 anos antes – foi, pelo cenário no qual estava inserido e pela própria proporção e importância, populacional, territorial, política e econômica do Brasil para a região, uma espécie de estopim para uma série de eventos que se desencadearam posteriormente. Com o início ainda na década de 1960 de três outros regimes autoritários de direita na região, a saber, o Golpe Militar na Bolívia em novembro de 1964, na Argentina em 1966 - este, de caráter permanente, já que a Argentina já havia sofrido outros quatro golpes militares de caráter "provisório"

anteriormente – e no Peru em 1968. Já no início da década de 1970, foram Equador, Uruguai e Chile, palco de golpes que levaram ditadores ao poder.

Todos estes eventos ocorreram durante os governos, Lyndon Johnson, Nixon e Ford, que se notabilizaram justamente por seu apoio a regimes ditatoriais de direita. Mas toda essa sequência de golpes, foi possível, em especial, a partir do estratagema “bem sucedido” aplicado no Brasil.

Golpe Militar Na Argentina

A história da Argentina durante o século XX está intrinsecamente ligada à numerosa quantidade de golpes de Estado sofrida por diversos governantes do país. Já em 1930, o general José Félix Uriburu liderou um golpe que destituiu o Presidente democraticamente eleito Hipólito Yrigoyen, instaurando uma ditadura militar de caráter fascista no país. Em 1943, ocorre outro golpe, este, na verdade uma espécie de contragolpe, já que substituiu no poder o grupo golpista de 1930, destituindo Ramón Castillo da presidência. Houve nesse período uma grande turbulência interna no país, com a sucessão de sublevações internas que levaram três diferentes presidentes ao poder. Período que se encerra com as eleições de 1946, que conduzem Juan Domingo Perón - figura marcante na história política argentina, e que ainda seria protagonista em outros momentos na história política do país – ao poder.

Em setembro de 1955 - após um golpe fracassado contra seu governo em junho do mesmo ano - em seu segundo mandato e após uma série de medidas políticas que garantiram direitos inéditos à classe proletária, Perón sofre um golpe de estado, que leva ao poder grupos das forças armadas de posicionamento conservador. Poucos dias após o golpe, os EUA reconhecem a legitimidade do governo militar, posicionamento seguido também pela Grã-Bretanha. Perón foi então, ainda antes de João Goulart, um presidente sul-americano a ser destituído do poder, o qual conquistara democraticamente, por desagradar às elites locais e aos governos das grandes potências capitalistas.

Em 1958 os golpistas convocaram novas eleições, controladas pelas forças armadas e das quais foram excluídos os peronistas, o próprio Perón estava exilado desde o golpe, a princípio no Paraguai e posteriormente na Espanha. Apesar de banido da eleição, o Presidente eleito, Arturo Frondizi, já havia feito um acordo com o ex-presidente exilado, que lhe garantiu o voto dos peronistas e com isso a vitória no pleito.

Frondizi, entretanto, teve que suportar durante seu governo inúmeras tentativas de desestabilizá-lo e até mesmo de o depor da presidência, que findaram obtendo êxito em março de 1962. Em 1963, com a perspectiva de legitimar o seu controle sobre o país, as elites argentinas apoiadas pelos militares convocaram novas eleições. Mais uma vez o peronismo estava excluído de participar do pleito, no qual Arturo Illia foi declarado vencedor. Como aconteceu com grande parte de seus antecessores, Illia também teve seu mandato interrompido por um golpe militar, liderado pelo general Juan Carlos Onganía, em Junho de 1966.

O propósito deste golpe e suas características, entretanto, diferem sobremaneira em relação aos eventos anteriores.

Um deles foi a possibilidade de envio de tropas argentinas em apoio à ação militar norte-americana na República Dominicana para deter o movimento de restauração da presidência de Juan Bosch, em 1965. O regime brasileiro havia decidido colaborar enviando tropas e o presidente Castelo Branco supunha que os militares argentinos estariam “enciumados”, desejosos de participar da operação, apesar da posição contrária de Illia. Como a posição do presidente prevaleceu, Onganía, frustrado, afastou-se do posto que ocupava de comandante em chefe do Exército (FICO, 2010, p. 3 e 4) [13].

Carlos Fico, no entanto, também explica que uma motivação essencial do golpe, foi a possibilidade de os peronistas, que poderiam participar livremente das eleições de 1967, conquistarem parte considerável dos cargos de governador das províncias, e as cadeiras da câmara de deputados. O que serviria de trampolim para uma possível vitória do grupo, nas eleições presidenciais de 1969.

Desta vez o golpe de estado arquitetado pelos militares, apresentava-se não como algo transitório ou apenas uma forma de evitar a volta do peronismo ou o premente temor ao comunismo. Os militares que arquitetaram esta ação, tinham efetivamente o propósito não só de tomar o poder, como também de mantê-lo, em regime “permanente”. Inicia-se assim, um período marcado pela sucessão de golpes militares internos ao próprio grupo golpista, que levaram ao poder, depois de Onganía, que governou de Junho de 1966 à Junho de 1970, Marcelo Levingston (de Junho de 1970 à Março de 1971) e Alejandro Lanusse (de Março de 1971 à Maio de 1973).

Fica claro que o golpe de 1966 tinha caráter permanente, quando consideramos que em 1972 foi criado um estatuto jurídico superior à própria Constituição, além de terem sido introduzidas mudanças no próprio texto desta, visando a manutenção do poder por parte dos militares. Fatos que o diferem das demais sublevações da história do país e o assemelham ao golpe militar brasileiro.

A Ditadura “permanente” da Argentina, entretanto, durou menos do que se propunha, e pressionado pela população, o general Alejandro Lanusse convocou em 1973 novas eleições, com a participação de políticos peronistas, mas não do próprio Juan Domingo Perón. Nestas eleições, novamente o candidato peronista saiu vitorioso. Mas, Héctor Cámpora – Presidente eleito - renunciou ao mandato, convocando em seguida eleições livres com a participação de Perón, que como já era de se esperar saiu vitorioso. Juan Domingo Perón, no entanto, faleceu menos de um ano após o início de seu novo mandato, e sua esposa e vice-presidente, Maria Estela Martínez de Perón – popularmente conhecida como Isabelita Perón - assumiu o governo de julho de 1974 a março de 1976, em um ambiente que guardava todas as tensões políticas das décadas anteriores, as quais se acirravam ainda mais à medida que a Presidenta fortalecia suas políticas de cunho social, que em muito desagradavam ao capital internacional e as alas mais conservadoras das forças armadas. Isabelita Perón teve que enfrentar uma forte repressão política, marcada por um cenário de violência desenfreada, a qual levou a serem contabilizadas entre 1973 e 1976 mais de 1500 mortes envolvendo conflitos políticos no País. Não obstante, também teve contra sua gestão a oposição dos governos participantes da Operação Condor, que viam na Argentina a possibilidade de um governo, que por mais que não fosse definido como socialista, se opunha reiteradas vezes aos propósitos do capital nacional e internacional. Ainda sobre esse contexto, recorreremos a o seguinte texto:

O desenvolvimento do quadro regional de conflitos, cada vez mais agudos, sofreu solução de continuidade com os golpes de Estado que afundaram democracias muito fragilizadas, como no Uruguai (1973) e na Argentina (1976), ou derrubaram a experiência socialista da Unidade Popular, no Chile (1973). A consolidação de ditaduras de Segurança Nacional por quase todo o continente acelerou o processo de cooperação entre elas, e atingiu o auge com a Operação Condor, poucos meses antes do golpe na Argentina. O Cone Sul fechou-se sob as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional: a ratonera estava armada. (PADRÓS E MARÇA, 2009, p.46) [14].

Finalmente, em 24 de março de 1976, uma junta militar composta pelos comandantes de Exército, Marinha e Aeronáutica, destituiu a Presidenta do poder e dissolveu o congresso, dando início a mais violenta ditadura da história do país, a respeito disso Sain (2000, p. 22) [15], afirma que

Tal ditadura implicou uma fissura na ação do poder militar, não só pela tendência autodefinida e auto-sustentada da interferência castrense no sistema político, mas particularmente, pela capacidade de reconstituição das condições de dominação social, pela redefinição do papel do Estado e pela reestruturação social e política provocada por essa ação, no quadro da mais cruel experiência de terrorismo de Estado observada no Cone Sul.

No período que se segue, entre março de 1976 e dezembro de 1983, a Argentina foi governada por quatro diferentes juntas militares, formadas cada uma delas por três integrantes – um de cada Força Armada – dentre os quais, um recebia o título de Presidente.

No panorama internacional a Ditadura Argentina susteve-se entre outras coisas através da colaboração com os regimes ditatoriais dos países vizinhos, orquestrados por meio da Operação Condor. No que tange ao cenário econômico, a ditadura promoveu uma política neoliberal, na qual os principais ministros eram representantes dos grupos empresariais conservadores.

Após a política econômica do Governo Militar entrar em crise, com o sucateamento da indústria nacional e o descontentamento da classe trabalhadora, os militares viram seu poder e popularidade derrocarem, situação que se ainda agravaria após a Guerra das Malvinas em 1982, da qual a Argentina saiu derrotada e o Governo Militar ainda mais impopular, o que consequentemente colaborou com a queda da Terceira Junta Militar ainda em 1982 e com a convocação de novas eleições em outubro do ano seguinte.

A história da Argentina no século XX foi marcada por sucessivos levantes das forças armadas, os quais conduziram diversas ditaduras militares ao poder. Mas, é sobretudo, a partir da década de 1960 que a Argentina se insere inegavelmente no contexto regional das ditaduras militares, marcado pela colaboração entre os regimes dos diferentes países da América do Sul, orquestrado em grande parte pelo governo e pelos representantes diplomáticos e militares dos Estados Unidos no continente. E isso fica claro quando evidenciamos os fatos ressaltados por Abramovici, em artigo publicado pelo *Le Monde Diplomatique*, o escritor narra entre outras coisas, a “*presença de assessores militares e treinamento de oficiais latino-americanos nos Estados Unidos e na Escola das Américas, na zona norte-americana do canal do Panamá*”, avalia também a sistematização da Doutrina de Segurança Nacional, imposta em diversos países americanos e a emissão e circulação entre os países de fichas de informações de opositores aos regimes militares, através da rede de agregados militares (Agremil). Por fim cita a criação de esquadrões da morte, como a

Organização de Coordenação de Operações Antisubversivas (OCA), um esquadrão da morte, originário da polícia política uruguaia, cujos membros participaram de interrogatórios, tortura e execuções de opositores, em especial na Argentina, (ABRAMOVICI, 2001) [16].

Informações como essas, explicam em parte o fato da Argentina, entre 1976 e 1979 ter contabilizado aproximadamente “*30 mil pessoas mortas ou desaparecidas*” (MARIANO, 2003, p. 229) [17], em sua imensa maioria, opositores do regime. E, além disso, o fato de terem sido criados no país nessa mesma época mais de 350 campos de concentração, nos quais opositores do regime militar eram submetidos a todo o tipo de atrocidades.

Mesmo após a volta a democracia em 1983, o País ainda conviveu com o temor de novos golpes militares por quase uma década, havendo ainda até o início da década de 1990 algumas insurreições militares no país, as quais, entretanto, não lograram êxito.

Golpes Militares na Bolívia, Peru e Equador

Em um contexto semelhante ao que ocorrera com Paraguai, Brasil e Argentina, outros países sul-americanos também passaram por golpes que instauraram ditaduras militares em seus governos. A Bolívia, durante dezoito anos (de 1964 a 1982) esteve sob o controle de governos militares, os quais se destacaram por implantar políticas econômicas conservadoras no país, seguindo as diretrizes do bloco econômico capitalista.

Coube justamente ao Governo Militar Boliviano, em outubro de 1967, capturar e executar Ernesto Che Guevara - líder da Revolução Cubana - que a época liderava a Guerrilha de Ñancahuazú, principal opositora do regime ditatorial implantado no país.

Em agosto de 1971, após a ascensão e queda de sucessivos governos, o coronel Hugo Banzer lidera um golpe militar que destituiu o Presidente de inclinação socialista, Juan José Gonzáles do poder, e que além de suspender os direitos civis da população, se caracterizou em especial, por alinhar a Bolívia aos demais regimes ditatoriais da América do Sul, ao incluir o país na Operação Condor.

Banzer deixa o poder em 1978 e após um breve período de governos interinos, a Bolívia presencia um novo golpe militar ainda em 1980, este, liderado pelo general Luís Meza, é caracterizado pela violenta repressão aos seus opositores, entretanto, dura apenas um ano, quando o ditador se vê obrigado a deixar o poder devido a pressões populares e internacionais, em especial por sua ligação com o narcotráfico. Inicia-se assim um período de governos democráticos, mas o próprio cenário socioeconômico da Bolívia nos anos seguintes continuava a fomentar no país um cenário propício a sublevações, civis e/ou militares.

No Peru, o golpe militar ocorre em 1968, entretanto, o governo ditatorial implantado no país tem características bastante peculiares, que o diferem do perfil das demais ditaduras sul-americanas, em especial em relação às políticas de cunho social e econômico.

O general Juan Velasco Alvarado da início logo após o golpe a uma política nacionalista e anti-imperialista, inclusive com incentivo à reforma agrária, contrariando as oligarquias locais, em prol de uma ascendente classe burguesa. Apesar desses diferenciais o governo de Alvarado é também marcado pela dura repressão aos opositores, fato que, somado à crise internacional na década de 1970, levam-no a deixar o poder após outro golpe, em 1975.

Segue-se a ele outro governo militar, que teve a frente o também general, Francisco Morales Bermúdez, e desde o governo Bermúdez até o retorno a democracia em 1980, o Peru regressa a uma política conservadora, voltada aos ditames dos órgãos financeiros internacionais, que mergulha o país em séria crise socioeconômica, marcada por altos índices de desemprego e miséria, os quais, entre outras coisas, fomentam a criação de diversas guerrilhas e com isso um cenário de grande instabilidade política e social no país nos anos que se seguem.

Já no Equador, o golpe militar de 1972 se enquadra em todo o cenário político que vivia o continente a época. Seu contexto também permite fazer um paralelo entre José Velasco Ibarra - Presidente deposto em seu quinto mandato, dos quais completou apenas um - e Juan Domingo Perón. Ibarra, assim como Perón, foi “figura dominante” no cenário político de seu país por algumas décadas, propôs medidas de caráter social que popularizaram seus governos entre as classes menos abastadas e atraíram a ira das oligarquias locais, do governo estadunidense e de seus aliados na América do Sul. O Equatoriano também foi exilado e assim como Perón, após a volta do exílio foi eleito presidente de sua nação. As semelhanças são muitas no perfil desses dois Presidentes, assim como no tipo de oposição que sofreram.

Ibarra, em seu quinto mandato iniciado em 1968 e influenciado pelo que vira na Revolução Cubana, intentava trazer para o Equador um sistema de governo que sobrepujasse as oligarquias locais. Para isso desejava realizar um real processo de reforma agrária no País e estreitar suas relações com a ilha caribenha, além de desvencilhar-se da influência estadunidense no Equador. O Presidente, entretanto, não obteve o apoio necessário para levar seus projetos adiante, sendo destituído pelos militares, que apoiados pelas elites locais o destituíram da Presidência em 1972, cinco meses antes do término de seu mandato.

Seguiram-se ao governo Ibarra dois governos ditatoriais militares, dirigidos respectivamente pelo general Guillermo Rodríguez Lara, de 1972 a 1975, que implanta um governo de aspirações nacionalistas, e justamente por isso é deposto e substituído por uma junta de militares das três Forças Armadas, que estabelece um governo conservador até 1979, quando é restaurada a democracia equatoriana.

Golpe Militar no Uruguai

O Uruguai, já na década de 1960 vivia um cenário de crise econômica e de grandes tensões políticas entre grupos radicais de direita e esquerda, nesse mesmo contexto, as forças armadas contavam com uma crescente influência política, a qual, fazia com que estar aliado aos militares fosse condição *sine qua non* à manutenção ou a tomada do poder no País. O cenário do que ocorria àquela época no Uruguai, é brevemente descrito por (PADRÓS, 2007) [18].

O país platino sofria uma escalada autoritária iniciada no final de 1967, com a morte do presidente Oscar Gestido... e era um fator de preocupação desde que acolhera centenas de exilados brasileiros após o golpe de 1964... Em 1971, os governos do Brasil, da Argentina e dos Estados Unidos voltaram seus olhos, apreensivos, para o resultado das eleições presidenciais no Uruguai. O medo de uma vitória da esquerda levou a ditadura brasileira a elaborar um plano secreto de invasão e intervenção no país vizinho... O plano foi denominado “Operação Trinta Horas”, pela estimativa de tempo necessário, segundo estrategistas militares, para subjugar Montevideu e controlar o Uruguai. Desde agosto de 1971, o governo Nixon vinha examinando, através das suas embaixadas, a posição de Brasília e Buenos Aires diante de uma hipotética vitória eleitoral da esquerda uruguaia... O Departamento de Estado dos EUA, num memorando secreto nas vésperas das eleições... sugeria aos governos do Brasil e da Argentina que avaliassem a possibilidade de uma intervenção conjunta no Uruguai para garantir a permanência dos setores conservadores no poder. A mensagem era bem direta. O equilíbrio da região não podia ser rompido pela radicalização da esquerda uruguaia nem por uma ação unilateral da Argentina ou do Brasil. O entendimento entre ambos devia nortear as ações na geopolítica platina... A Frente Ampla acabou derrotada na eleição que confirmou o continuísmo do Partido Colorado, com Juan Maria Bordaberry.

Essas condições conflituosas eram o panorama perfeito para a eclosão de um levante militar seguido de uma ditadura de mesmo caráter, como ocorrera nos países vizinhos alguns anos antes. E é justamente isso o que ocorre em junho de 1973, quando um golpe de Estado inicia a ditadura uruguaia.

As questões tratadas até aqui aproximam bastante o golpe ocorrido na antiga Província Cisplatina, do que se presenciou nas demais nações da América do Sul. O diferencial deste evento, entretanto, é que o golpe realizado pelas forças armadas no Uruguai derivou de uma ordem, do próprio Presidente, Juan María Bordaberry, que com isso fechou o Senado e a Câmara de Deputados, criando um Conselho de Estado para substituí-los, com o teórico objetivo de promover uma reforma constitucional no país.

O próximo passo do Governo Bordaberry seria dado em 1976, quando planejou a eliminação de todos os partidos políticos do cenário nacional. A proposta, entretanto,

desagradou ao alto escalão das Forças Armadas, que a considerava arriscada e desnecessária, levando com isso a um princípio de indisposição dos militares com o Presidente. O agravamento das tensões leva o vice de Bordaberry, Alberto Demicheli, a assumir a Presidência em Junho daquele ano, por “indicação” dos militares. Pouco tempo após, as Forças Armadas escolhem o ex-ministro da saúde Aparicio Méndez para chefiar o governo - essa sucessão de civis na ditadura uruguaia também a difere dos demais regimes autoritários na América do Sul - onde permanece até 1981. Em setembro daquele ano, ainda em um cenário tenso na política uruguaia, assume a Presidência o general Gregorio Álvarez, que governa até fevereiro de 1985, quando chega ao fim a ditadura civil-militar uruguaia, com a eleição de Julio María Sanguinetti para presidente.

Durante os anos de ditadura no Uruguai, membros da Polícia e do Exército praticaram diversos crimes, como sequestros, tortura e execuções extrajudiciais. Em seu auge, sobretudo, haviam centenas de presos políticos nos “porões” da ditadura uruguaia, os quais, em sua maioria, passaram por inúmeras seções de tortura, muitas delas envolvendo agentes e militares dos demais países que faziam parte da Operação Condor, incluindo os Estados Unidos, que, antes mesmo da execução do Golpe, tinham ingerência na política interna do país. Sobre isso, (PADRÓS, 2007) [19] afirma que “*os EUA interferiram persistentemente nas questões internas uruguaias. A estrutura encoberta de grupos paramilitares e esquadrões da morte que funcionava no Ministério do Interior fora criada por eles e intermediada pelo Brasil*”.

Golpe Militar no Chile

Ainda era início da manhã de 11 de setembro de 1973, quando iniciaram-se as primeiras ações que culminariam com um dos golpes de estado mais emblemáticos e violentos de toda a história. Um golpe marcado pela resistência de um presidente, que, não obstante toda pressão que sofreu, permaneceu ao lado da classe operária e de seus ideias, um golpe marcado pela profunda violência dos aviões da Força Aérea Chilena bombardeando o Palácio de La Moneda, residência de Salvador Allende, Presidente eleito democraticamente. Um cenário que entra para história como resultado de um combate concreto entre forças antagônicas e deixa claro as motivações que levaram a América do Sul a viver durante a Guerra Fria um período tão turbulento em sua história, período o qual, na verdade, marcou boa parte dos países periféricos do globo, na época, laboratórios de experiências políticas, econômicas e bélicas, patrocinadas por EUA e URSS.

Para entender melhor o Golpe Militar no Chile, é preciso voltar ao ano de 1979, quando Allende é eleito presidente, derrotando o candidato que recebia apoio das elites chilenas, Jorge Alessandri e se tornando com isso o primeiro chefe de estado declaradamente marxista a ser eleito no mundo, justamente em um período conturbado da Guerra Fria, no qual o Republicano Richard Nixon, era o mandatário da Casa Branca.

Exemplo claro do posicionamento do EUA em relação à vitória de Allende, encontramos no trecho a seguir: “*Altos funcionários norte-americanos discutiram o desejo de impedir a posse do então recém-eleito presidente chileno, o esquerdista Salvador Allende*” (O Estado de São Paulo, 2008) [18]. E esse foi só o início de um período turbulento, que teve continuidade com o assassinato do general constitucionalista René Schneider, por um grupo de extrema direita denominado, “*Patria y Libertad*”, o qual, agia dentro de um projeto de desestabilização política ao governo chileno, - através de sequestros e assassinatos - coordenado pela CIA, denominado “*Projeto Fubelt*”. Sobre isso, (KORNBLUH, 2013, p. 27, 28 e 29) [20], afirma que

Durante un encuentro mantenido en la Casa Blanca con Henry Kissinger, John Mitchell - fiscal general del Estado - y Richard Helms - director de la CIA -, Nixon dio órdenes explícitas de promover un golpe de estado que impidiese a Allende ser investido el 4 de noviembre o que derrocara luego su recién creado gobierno [...] A las 8.30 del 17 de septiembre, el nuevo destacamento especial había elaborado ya su primer informe de situación, completado con un esquema de organización y una lista de posibilidades a fin de estimular el malestar social y otros acontecimientos capaces de provocar acciones militares [...] A esas alturas, el cuartel general de ésta había enviado a un agente secreto especial a Santiago con el cometido de comunicar instrucciones confidenciales al director del centro de operaciones en la capital chilena referentes a la nueva misión, que había recibido el nombre en clave de Proyecto FUBELT.

A crescente crise econômica, aliada as instabilidades políticas acirraram ainda mais a divisão política e ideológica do Chile, em grupos favoráveis e contrários ao governo. O qual, por sua vez, estava isolado no cenário internacional, cercado de ditaduras de direita e na área geográfica de influência estadunidense. Um cenário, que guardadas as devidas peculiaridades, momento histórico e proporções, pode ser comparado ao que vivera o Paraguai pouco mais de cem anos antes, cercado de governos opositores, os quais, incitados por uma grande potência - a saber, a Inglaterra - que não admitia ver em sua área de influência uma nação rebelde, colaboraram inequivocamente com desestabilização e derrocada desses países insubmissos, mesmo que a via da derrota paraguaia tenha sido uma guerra entre nações e a chilena um golpe de estado interno, essa comparação pode ser feita.

Para o governo estadunidense, envolvido em plena Guerra do Vietnã, ter de presenciar outra nação socialista, além de Cuba, surgir em sua área de influência seria um duro golpe, tanto, que Nixon direcionou todos os seus esforços para derrubar Salvador Allende do Poder, e, não conseguindo vencê-lo democraticamente, passou a promover o caos econômico e o terror político, fomentando assim um cenário ainda mais favorável ao golpe no Chile.

Em Agosto de 1973, ocorre mais um fato que viria a favorecer ou a até mesmo determinar o sucesso dos golpistas no mês seguinte. Aos 21 daquele mês, o general legalista e constitucionalista Carlos Prats, - que viria a ser morto pouco mais de um ano após o golpe, em um atentado promovido pela polícia secreta de Pinochet em Buenos Aires, onde estava exilado - após vultoso protesto por parte das esposas dos generais contrários a Allende, viu-se obrigado a renunciar ao cargo de Comandante em Chefe do Exército Chileno, no qual foi substituído por Augusto Pinochet, que até aquele momento sustentava também um discurso legalista, mas, que as vésperas do golpe uniria-se aos golpistas, tornando-se figura central de uma ditadura que duraria mais de dezesseis anos.

O golpe de 1973 derruba um presidente que representava a maior parte da população chilena, entretanto, nem a população, nem os Sindicatos e tampouco os militares legalistas conseguiram conter as pretensões da elite chilena, do capital internacional e do governo Nixon.

Pinochet assume o governo em 1973 e dá início a uma ditadura, que seria considerada uma das ou a mais violenta da América do Sul. É por iniciativa de seu governo, que as ditaduras regionais se unem e com o apoio da Casa Branca articulam a Operação Condor. Também em seu governo é criada oficialmente a DINA (Direção de Inteligência Nacional), usada na repressão, sequestro, tortura e morte de opositores do regime. Agindo inclusive fora do Chile, como nos assassinatos de Carlos Prats em

Buenos Aires, e de Orlando Letelier – ativista político contrário a Pinochet – em Washington.

No Chile com Pinochet, assim como no Paraguai com Stroessner, o Regime Militar foi a ditadura de um homem só, ditadura extremamente violenta, sobre a qual até hoje não se tem a exata quantidade de vítimas. Nesse cenário, após mais de uma década de atrocidades, sem apoio popular, e em seguida a um plebiscito em 1987 que determinava a proibição de o ditador continuar no país, Pinochet começou a ver seu governo ruir, entretanto manteve-se no poder até 1990, quando Patricio Aylwin foi eleito presidente pelas vias democráticas.

Ainda sobre o Golpe Militar no Chile, alguns anos após, Richard Nixon escreveu em suas memórias, que “*Allende no Chile e Fidel Castro em Cuba transformaram a América Latina em parede vermelha*”, “justificando” com isso o empenho de Washington em intervir na região durante a Guerra Fria (TERRA NETWORKS, 2014) [21].

4. CONCLUSÃO

Nenhuma outra guerra, nem mesmo as duas Grandes Guerras Mundiais foram verdadeiramente tão mundiais quanto a Guerra Fria, poucas duraram tanto e muito provavelmente nenhuma outra provocou tantas vítimas, sem que jamais tenham havido agressões militares diretas entre as partes originalmente beligerantes, EUA e URSS. O continente Americano, assim como a Ásia, a África e até mesmo a Europa, berço da civilização ocidental, sofreram as consequências desse “embate” de gigantes.

Nos ativemos aqui à América do Sul mais especificamente, e por isso focamos a ação do governo estadunidense em todo o panorama político, econômico e social da região. Época na qual eclodiram violentos conflitos de caráter político e boa parte dos países sul americanos passaram por sucessivos governos ditatoriais militares, a maioria deles de caráter conservador e altamente repressivo, em geral apoiados e até mesmo subsidiados pelos EUA. Um quadro sobre a repressão política na região, montado pelo jornalista brasileiro Nilson Mariano, faz uma estimativa sobre o número de mortos e desaparecidos entre 1975 e 1985, “*com 297 no Uruguai, 366 no Brasil, cerca de 2.000 no Paraguai, 3.196 no Chile e aproximadamente 30.000 na Argentina*”, (MARIANO, 2003) [22].

Os números dos ‘Arquivos do Terror’ - um conjunto de 60 mil documentos - descobertos pelo ex-presos político paraguaio Martín Almada na cidade de Lambaré, Paraguai, em 1992, são ainda mais expressivos: no total, o saldo da Operação Condor no Cone Sul chegaria a 50.000 mortos, 30.000 desaparecidos e 400.000 presos. (DINGES, 2005) [23].

Entendemos que no círculo de influência da URSS situações semelhantes também ocorreram e que mesmo aqui na América, haviam grupos de esquerda que usavam da violência em prol de seus ideais, entretanto, o foco e o que mais chama a atenção no cenário político dirigido pelos regimes autoritários no Brasil e nos países circunvizinhos, é verificar a violência desproporcional dessas ditaduras e mais do que isso, compreender como os Estados Unidos da América, um país conhecido como um exemplo de democracia, - pelo menos nas questões internas - defensor histórico dos direitos humanos e da liberdade de expressão, patrocinou regimes ditatoriais tão violentos e marcados por uma repressão tão covarde.

Pensamos também, que ainda há muito que ser revelado sobre todo o contexto que envolve os governos ditatoriais na América do Sul, assim como entendemos que outras tantas informações jamais virão a conhecimento público. Sabemos que ao redor do mundo, em especial no continente Africano e mais especificamente na África

Subsaariana, alguns povos ainda vivem sob regimes ditatoriais tão ou mais cruéis do que os que estudamos aqui. Nos entristece observar que parte desses regimes, contam, se não com o apoio, com a conivência das grandes potências mundiais. Mas temos a esperança de que em um futuro não tão distante, poderemos nos debruçar sobre livros e artigos que revelem a verdade sobre o passado de nosso continente, e quem sabe, sobre outros, que falem das ditaduras de hoje, como nós falamos das de outrora, como um passado, que não deve ser esquecido, mas, que nunca mais deverá ser vivido.

5. REFERÊNCIAS

- 1 Avila C. A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras. *Varia Historia*, Belo Horizonte, p.361-389, 2012.
- 2 López M. Stroessner e “Eu”: a cumplicidade social com a ditadura, in *A construção social dos regimes autoritários*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.
- 3 Ribeiro R. A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil – Estados Unidos. *Perspectivas*, São Paulo, p.151 - 175, 2006.
- 4 Araújo A, Matias K. Ditadura Militar: Indicações de livros, artigos e filmes; linha do tempo das ditaduras na América Latina. Seção de Biblioteca e Editoração do TRE/RN - Centro de Memória da Justiça Eleitoral, Natal, 2014.
- 5 *Jornal do Senado*. Guerra Fria gerou na América Latina golpes patrocinados pelos EUA/Linha do tempo. Edição de 22 de setembro de 2008. [Citado em: 03 de Novembro de 2014]. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2008/09/22/linha-do-tempo>.
- 6 Abreu A, et al (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2001. [Citado em 09 de Julho de 2014] Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek.
- 7 Heleno A. Revisando as memórias de Clodesmidt Riani: Trajetória de um líder trabalhista nas grandes lutas sociais que antecederam o golpe civil e militar de 1964. Juiz de Fora. Tese [Doutorado em História] - Instituto de Ciências Humanas, UFJF, 2007.
- 8 O Estado de São Paulo. Plebiscitos definiram o sistema político do País. São Paulo, 2013. [Citado em 26 de setembro de 2014]. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,plebiscitos-definiram-o-sistema-politico-do-pais,9126,0.htm>.
- 9 Padrós E, Lameira R. 1964: o Rio Grande do Sul no olho do furacão. In Padrós et al: a ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985), história e memória. Corag, Porto Alegre, 2009.
- 10 Fico C. O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- 11 Chirio M. “Primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011.
- 12 Reis J. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. Disponível em: [Acesso em 02 de Outubro de 2014]. http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/upload/na%20corda%20bamba/cap_7.pdf.
- 13 Fico C. Brasil e EUA durante o Golpe de 1966 na Argentina. Grupo de Estudos Sobre a Ditadura (GEDM), 2010. [Citado em 12 de Julho de 2014]. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/textos/27.pdf>.
- 14 Padrós E, Marça F. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de segurança nacional. In Padrós et al: a ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985), história e memória. Corag, Porto Alegre, 2009.

15 Sain M. Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os “defeitos” civis. In. Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Organizadores Maria Celina D’Araujo e Celso Castro. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2000. 336p.

16 Abramovici P. O pesadelo da "operação Condor". *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2001. [Citado em 13 de Julho de 2014] Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ac&id=401>.

17 Mariano N. As Garras do Condor. São Paulo: Vozes, 2003, p. 234. (10) BOCCIA PAZ, Alfredo et al., op. cit., pp. 229-263. [Citado em 14 de Julho de 2014]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sequestro_dos_uruguaios.

18 Padrós E. Uruguai na Mira. *Revista de Historia*, 2007. [Citado em 13 de Julho de 2014]. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/uruguai-na-mira>.

19 Padrós E. Uruguai na Mira. *Revista de Historia*, 2007. [Citado em 13 de Julho de 2014]. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/uruguai-na-mira>.

20 Kornbluh P. Pinochet: LosArchivos Secretos. Crítica, Barcelona, 2013.

O Estado de São Paulo. EUA tentaram impedir posse de Allende, diz documento. Washington: Associated Press-Agência Estado, in, São Paulo, 2008. [Citado em 14 de julho de 2014]. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,eua-tentaram-impedir-posse-de-allende-diz-documento,239424>.

21 Terra Networks Brasil S.A. O papel dos EUA no golpe de estado no Chile. Copyright 2014, [Citado em 06 de Outubro de 2014]. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI140584-EI1782,00-O+papel+dos+EUA+no+golpe+de+estado+no+Chile.html>

22 Mariano N. As Garras do Condor. São Paulo: Vozes, 2003, p. 234. (10) BOCCIA PAZ, Alfredo et al., op. cit., pp. 229-263. [Citado em 14 de Julho de 2014]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sequestro_dos_uruguaios.

23 Dinges J. Os anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul, São Paulo: Companhia das Letras, 2005, [Citado em 14 de Julho de 2014]. p. 347-353. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sequestro_dos_uruguaios.